

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS NO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS E
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMO MINISTRO RELATOR;
E COMO MINISTRO PARTICIPANTE NO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DO "CASO COLLOR DE MELLO".**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Ação Cautelar - Sustação de protesto de títulos e execução - Liminar - Mandado de Segurança visando à cassação de medida - A tutela cautelar somente cabe quando a pretensão do mérito, a ser deduzida na ação principal, assenta em sólidas bases jurídicas - É inadmissível na hipótese em que implica tolher o legítimo exercício de um direito contra o qual não se alega vício de qualquer espécie (Provimento) (T4) (STJ)</p> | REMS 1.198-BA | 30/05/94 | 2.157 | 09 |
| <p>Ação Declaratória - Medida cautelar inominada - Nada se pode afastar, em princípio, o cabimento da cautelar em ação declaratória para obter a antecipação provisória da prestação jurisdicional - Ela é admissível, embora excepcionalmente, sempre que houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (Desprovimento) (T5) (TFR)</p> | AG 44.852-RN | 19/12/85 | 5.895 | 25 |
| <p>Ação Discriminatória - A tramitação da discriminatória não impede que o proprietário de imóvel situado na área discriminada use o remédio processual adequado à defesa da sua posse, principalmente quando a sentença proferida na fase contenciosa, transitada em julgado, já lhe reconheceu o domínio em face dos títulos apresentados (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 27.882-GO | 27/06/94 | 2.227 | 148 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|---------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| <p>Ação Divisória - Imissão de posse - Cumulação - Embora suprimida, como procedimento especial, pelo CPC de 1973, subsiste a pretensão de direito material a imitir-se na posse de imóvel quem tenha título legítimo para tanto - A comunhão teve origem em ação de dissolução de sociedade concubinária, com sentença transitada em julgado, na qual foi expedida carta de partilha consignando-se a sua porção ideal - Títulos dominiais cuja regularidade foi examinada exaustivamente pelas instâncias ordinárias - Dissídio de interpretação não caracterizado (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 34.163-SP</p> | <p>14/08/95</p> | <p>3.081</p> | <p>46</p> |
| <p>Ação de Execução - Para impugnar a adjudicação dos bens penhorados, só dispõe o devedor, se ainda não foi expedida a respectiva carta, dos embargos a que alude a legislação, após a sua expedição e transcrição no registro imobiliário, da ação ordinária apropriada (Provimento) (T6) (TFR)</p> | <p>AG 43.987-RJ</p> | <p>29/09/83</p> | <p>4.576</p> | <p>01</p> |
| <p>Ação Rescisória - Indeferimento da petição inicial - A certidão do trânsito em julgado da decisão rescindenda é documento indispensável à propositura da ação rescisória - Todavia, o Tribunal não poderá indeferir a petição inicial antes de possibilitar ao autor a sua emenda no decêndio a que alude a legislação (Provimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 32.535-BA</p> | <p>21/02/94</p> | <p>1.917</p> | <p>258</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|------------------------|-------------|-------------|
| Ação Rescisória - Só é motivo de rescindibilidade, previsto no art. 485, IX, do CPC, o erro de fato emergente de atos e documentos da causa, sobre o qual não tenha havido controvérsia ou pronunciamento judicial (Improcedência) (S2) (STJ) | AR 356-AM | 04/09/95 | 3.178 | 10 |
| Ação de Usucapião - Intervenção da União - Competência - Para intervir na causa, deve a União manifestar o seu interesse jurídico, demonstrado a que título se dá essa intervenção - Entretanto, só à Justiça Federal cabe dizer da existência desse interesse (Provimento parcial) (T4) (STJ) | RESP 49.861-SP | 05/12/94 | 2.584 | 147 |
| Advogado - Doença - Motivo de força maior - Recurso especial - Intempestividade - A doença que acomete o advogado somente se caracteriza como motivo de força maior quando o impossibilita totalmente de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato a colega seu para recorrer da decisão (CPC, art. 507) (Provimento) (T4) (STJ) | AGA 27.848-MG | 25/04/94 | 2.032 | 29 |
| Advogado - Substabelecimento - Intimação - Substabelecidos os poderes a advogado com escritório na sede da Comarca onde foi ajuizada a ação - A ele devem ser endereçadas as intimações, ainda que não exista requerimento em tal sentido (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 45.298-SP | 09/05/94 | 2.109 | 71 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|--------------------|----------------|-------|------|
| Agravo Regimental - Embargos de declaração - Não são declaratórios os embargos em que o embargante pretende, não suprir omissão ou afastar obscuridade, dúvida ou contradição acaso existente no acórdão - Mas a modificação deste a pretexto de que arrimara em pressuposto fático inexistente (Rejeição) (T4) (STJ) | EDAGA 37.595-PR | 27/06/94 | 2.219 | 59 |
| Agravo Regimental - A ofensa a regimento interno de tribunal não serve de fundamento a recurso especial, por não incluir-se o diploma em tela no conceito de lei federal a que alude a Constituição Federal - Despacho calcado sobretudo na prova dos autos examinada na instância ordinária (Desprovimento) (T4) (STJ) | AGA 40.311-MG | 18/04/94 | 2.032 | 117 |
| Agravo Regimental - Em se tratando de valoração da prova, do exame da sua eficácia em tese <i>quaestio juris</i> , cabe recurso especial - Não quando se pretende a mera apreciação da prova <i>quaestio facti</i> (Desprovimento) (T4) (STJ) | AGA 16.724-RJ | 25/10/93 | 1.788 | 67 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|---------------------------|-----------------|--------------|------------|
| <p>Apelação em Liberdade - Sendo o réu primário e de bons antecedentes, confere-lhe a lei o direito subjetivo processual de apelar em liberdade - Não cabendo invocar-se como empecilho à sua pretensão, o estado perigoso ou a intensidade do dolo no cometimento do crime - É taxativa a enumeração dos requisitos constantes do CPP, de modo que a inclusão nela de hipóteses não previstas implica restrição às fronteiras do favor legal (Concessão) (T2) (TFR)</p> | <p>HC 4.612-RJ</p> | <p>07/11/79</p> | <p>2.038</p> | <p>323</p> |
| <p>Caderneta de Poupança - Correção monetária - Alteração de critério - Na ação de cobrança para reaver a diferença de rendimentos é parte legítima passiva <i>ad causam</i> a instituição financeira privada com a qual foi celebrado o contrato de depósito - Porque lei nova não pode alterar negócio jurídico firmado sob o império de diploma legislativo anterior - Essa legitimidade não se transmudou para o Banco Central do Brasil por decorrência de preceitos da legislação, que não autorizam tal interpretação (Desprovisamento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 41.760-SP</p> | <p>09/05/94</p> | <p>2.100</p> | <p>165</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|------------------|----------------|-------|------|
| <p>Casamento - Pacto antenupcial em que os nubentes adotaram o regime de absoluta separação de bens - Estipulada expressamente na convenção antenupcial a separação absoluta, não se comunicam os bens adquiridos depois do casamento (aqüestos) - A separação pura é incompatível com a superveniência de uma sociedade de fato entre marido e mulher dentro do lar - Ela pode existir fora do lar, mas somente pode ser comprovada e reconhecida em ação própria (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 2.541-SP | 06/03/95 | 2.702 | 38 |
| <p>Casamento - Regime de Comunhão Universal de Bens - Direito ao uso destes - A comunhão resultante do matrimônio difere do condomínio propriamente dito, porque nela os bens formam a propriedade de mão comum, cujos titulares são ambos cônjuges - Cessada a comunhão universal pela separação judicial, o patrimônio comum subsiste enquanto não operada a partilha, de modo que um dos consortes não pode exigir do outro, que estiver na posse de determinado imóvel, a parte que corresponderia à metade da renda de um presumido aluguel, eis que essa posse, por princípio de direito de família, ele exerce <i>ex proprio jure</i> (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 3.710-RS | 28/08/95 | 3.120 | 54 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Certificado de Regularidade de Situação - Relativamente ao PIS - Contribuições recolhidas em agência bancária diversa da do domicílio bancário do contribuinte - O pagamento efetuado por essa forma se aceito pelo órgão competente para recebê-lo, não obsta a expedição do aludido certificado (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p> | AMS 108.554-SP | 19/12/85 | 5.902 | 121 |
| <p>Comércio Turístico - Empresas que exploram e que foram constituídas regularmente - Restrições e obrigações ao exercício das suas atividades, impostas por decreto e resoluções do Conselho Nacional de Turismo - Ofensa ao princípio consagrado na Constituição Federal (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p> | AMS 83.664-RJ | 11/06/82 | 3.835 | 01 |
| <p>Competência - Ação de Usucapião - O simples fato de estar o terreno usucapiendo incrustado em faixa de fronteira, não implica <i>ipso facto</i> o interesse da União Federal, no desfecho da causa - Competência da Justiça Estadual (Conhecimento) (TP) (TFR)</p> | CC 3.563-RS | 19/09/79 | 2.701 | 239 |
| <p>Competência - Desapropriação indireta - Na ação de desapropriação contra entidade autárquica federal, o que está em causa é o próprio direito de propriedade, prevalecendo, para o seu processo e julgamento, o <i>forum rei sitae</i> (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p> | AG 46.935-DF | 07/11/85 | 5.806 | 107 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Voi. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| Competência - Reclamação trabalhista movida contra representação diplomática de país estrangeiro - Competência da Justiça Federal, inclusive para decidir sobre a preliminar de imunidade de jurisdição (Conhecimento) (TP) (TFR) | CC 3.770-DF | 1º/07/80 | 2.928 | 178 |
| Compra e Venda de Imóvel - Compromisso - Arras confirmatórias - O sinal confirmatório constitui uma garantia e o contraente que o pagou perdê-lo-á em benefício do outro se deu causa à resolução do contrato (Código Civil, art. 1.097) (Desconhecimento) (T4) (STJ) | RESP 49.995-SP | 06/03/95 | 2.710 | 59 |
| Compra e Venda de Imóvel - Compromisso - Rescisão por culpa do comprador - É lícita a cláusula penal que estipula a perda das prestações pagas na hipótese de rescisão do contrato por culpa do comprador - É defeso ao juiz aplicar lei nova a negócio jurídico aperfeiçoando o império de lei anterior, conforme previsto na legislação - Não incidência, no caso, por lhe ser vedado efeito retrooperante (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 38.492-SP | 09/05/94 | 2.098 | 144 |
| Concordata Preventiva - Cumprimento - Quitação de débito para com a Fazenda Pública - A inexistência de débito não se faz necessária à concessão da concordata, mas é condição <i>sine qua non</i> ao seu cumprimento (Desprovimento) (T4) (STJ) | RESP 23.044-RS | 21/02/94 | 1.916 | 175 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Concorrência Pública - Exploração de serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal - Mandado de segurança contra parecer de órgão do DNER - Que entendeu interestadual a linha a ser explorada - Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> da autoridade impetrada - Visto como o parecer não possui executoriedade própria, dele não podendo resultar lesão ou ameaça de lesão a direito subjetivo de terceiro (Provimento) (T3) (TFR)</p> | AMS 84.438-RJ | 17/06/83 | 4.433 | 144 |
| <p>Concubinato - Sociedade de fato - Partilha de bens - A simples convivência <i>more uxorio</i> não confere direito à partilha de bens - Para a formação da sociedade de fato, não se exige que a concubina contribua com os rendimentos decorrentes do exercício de atividade economicamente rentável, bastando a sua colaboração nos labores domésticos - Hipótese em que a sua parte deve ser fixada em percentual correspondente à sua contribuição (Provimento parcial) (T4) (STJ)</p> | RESP 45.886-SP | 26/09/84 | 2.410 | 165 |
| <p>Concurso Interno - Progressão funcional - Sendo o concurso um processo competitivo de acesso aos cargos públicos, o princípio constitucional de isonomia impõe que a todos os candidatos se assegure igual tratamento em relação às questões - Se a Administração, convencida da formulação inadequada de alguma delas, atende a recurso de um candidato e lhe atribui os pontos correspondentes - Esse ato beneficia, pelo princípio da eficácia reflexa, a todos os candidatos (Concessão) (TP) (TFR)</p> | MS 89.551-DF | 26/02/82 | 3.651 | 01 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| Conselho Regional de Economia - Registro de empresa nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões - As companhias de comércio exterior não estão sujeitas a registro nos Conselhos Regionais de Economia - Inaplicação da Súmula 96 do TFR (Provimento) (T6) (TFR) | AMS 103.645-RS | 19/12/84 | 5.419 | 49 |
| Conselho Regional de Farmácia - As anuidades pagas pelos profissionais farmacêuticos e empresas de farmácia não configuram tributo, mas ônus, condição necessária para o exercício das suas atividades - Os Conselhos Regionais não representam o interesse da categoria profissional, incumbência reservada aos sindicatos (Provimento) (T6) (TFR) | AMS 101.930-SP | 06/09/84 | 5.208 | 40 |
| Construção de Edifício - Execução de obras - Cláusula penal estipulada para o caso de mora - Escusas invocadas que não configuram força maior ou caso fortuito, cuja prova, ademais, incumbe ao devedor - Adimplida a obrigação, ainda que em parte, pode o Juiz, corrigindo a estipulação em excesso, reduzir a pena convencional a proporções justas (Provimento parcial) (T3) (TFR) | AC 69.604-RJ | 10/12/81 | 3.530 | 17 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|---------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| <p>Contrato de Adesão - A eleição do foro é válida, a menos que esteja comprovadamente eivada de qualquer dos vícios elencados no art. 51 da Lei 8.078/90 ou contravenha princípio contemplado no mesmo diploma legal - Essa validade há de ser apreciada em cada caso particular pelo juiz, cuja liberdade de interpretar em face da prova colhida, é razoavelmente ampla - Dissídio pretoriano não comprovado (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 59.904-PR</p> | <p>15/05/95</p> | <p>2.894</p> | <p>144</p> |
| <p>Contrato de Câmbio - Concordata da exportadora - Não é de exigir-se, no pedido de restituição de quantia adiantada por conta de contrato de câmbio, o pressuposto temporal de 15 dias anteriores ao pedido de concordata (Provimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 24.966-RS</p> | <p>15/05/95</p> | <p>2.886</p> | <p>10</p> |
| <p>Contrato de Câmbio - Protesto - Sustação - É inadmissível a concessão de liminar para sustar o protesto de contrato de câmbio - Tal protesto constitui condição indispensável ao exercício da ação de execução - Os embargos são a sede própria para o devedor opor-se à execução, no todo ou em parte, e arguir as exceções que entender necessárias (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 36.681-RS</p> | <p>07/12/94</p> | <p>1.898</p> | <p>91</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Contrato de Compra e Venda - Exportação de calçado - Na ausência de estipulação em contrato escrito, a questão concernente ao lugar do cumprimento da obrigação, no contrato de exportação, envolve o exame de prova, a cujo respeito é soberano o Tribunal local - No território nacional deve ser cumprida a obrigação que consagra a competência da Justiça brasileira para os litígios oriundos do negócio jurídico - A sentença estrangeira que declara a falência de empresa comercial só tem eficácia no Brasil, depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 19.263-RS | 22/08/94 | 2.310 | 48 |
| <p>Contrato de Mediação - Serviços prestados - Correção monetária - Embora apresente pontos de aproximação com o mandato, a corretagem deve ser tratada com autonomia - Visto que configura contrato atípico - Sendo impertinente a alegação de ofensa à legislação - A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir da data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ) (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 29.738-BA | 15/08/94 | 2.293 | 44 |
| <p>Contrato de Mútuo - Hipoteca - Especificação - Não é necessário que do registro da hipoteca conste, além do principal, a quantia exata correspondente às obrigações acessórias, bastando que a elas se faça referência, com remissão ao estipulado no contrato (Desprovinamento) (T4) (STJ)</p> | AGA 46.709-SP | 30/05/94 | 2.156 | 111 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|------------------|----------------|-------|------|
| <p>Contribuições Compulsórias - Empregadores em favor do SESI, SENAI, SESC, SENAC - Aumento da base de cálculo por Decreto-Lei - Podia ser cobrado no mesmo exercício, eis que se trata de contribuições parafiscais, excluídas, portanto, do princípio da anualidade - É legítima a alteração de base de cálculo de tributo via Decreto-Lei, cujos aspectos de urgência e interesse público escapam à apreciação do Judiciário (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AMS 99.801-SP | 13/06/85 | 5.613 | 115 |
| <p>Contribuições Previdenciárias - Decadência - Termo inicial da contagem do prazo - Não havendo antecipação de pagamento - O direito de constituir o crédito previdenciário extingue-se decorridos cinco anos do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Rejeição) (S2) (TFR)</p> | EAC 52.906-SP | 22/09/83 | 4.621 | 130 |
| <p>Contribuições Previdenciárias - Empregado que se desligou da empresa, continuando esta, a recolher em dobro as contribuições devidas ao Instituto durante quinze anos - Ausente qualquer intenção dolosa, conforme ficou evidenciado, devem ser considerados válidos tais recolhimentos para o efeito de fruição dos benefícios previdenciários para a aposentadoria (Desprovimento) (T3) (TFR)</p> | AC 57.943-BA | 18/12/80 | 3.086 | 120 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|---|--------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| <p>Contribuições Previdenciárias - Prescrição da ação de cobrança - Só incide quando a demora na citação é imputável ao autor da demanda - Circunstância inócurrenre na hipótese em que o Oficial de Justiça, recebendo o mandado de citação, permanece inerte por longo tempo e não cumpre o seu <i>munus</i> - A contribuição previdenciária é tributo e está sujeita ao prazo prescricional de cinco anos (Recebimento) (S2) (TFR)</p> | <p align="center">EAC 67.828-SP</p> | <p align="center">05/04/84</p> | <p align="center">4.897</p> | <p align="center">84</p> |
| <p>Crédito Trabalhista - Aplicam-se as mesmas regras concernentes à execução da dívida ativa da Fazenda Pública - O verbete da Súmula 44, do TFR, alude tão somente às execuções fiscais e, por extensão, às execuções trabalhistas - Se a penhora na execução da sentença trabalhista é posterior à falência, far-se-á no rosto dos autos desta - Competência - Justiça Estadual (Procedência) (S2) (TFR)</p> | <p align="center">CC 6.521-SP</p> | <p align="center">20/02/86</p> | <p align="center">5.925</p> | <p align="center">77</p> |
| <p>Crime Falimentar - Fraude praticada por Diretor de empresa falida, em contuio com o síndico, de que resultara prejuízo para a União Federal e o INPS - Neste tipo de delito, o sujeito passivo é uma coletividade incidível, não se podendo cogitar de um credor ou de uma classe de credores, por mais categorizados que sejam, em ordem a subtrair o seu processo e julgamento à competência do Juiz indicado no diploma específico (Concessão parcial) (T2) (TFR)</p> | <p align="center">HC 4.335-MG</p> | <p align="center">18/12/80</p> | <p align="center">3.096</p> | <p align="center">28</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|--------------------------|-----------------|--------------|------------|
| <p>Denúncia Espontânea - Pressupõe a inexistência de início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração - O pagamento de parcela da dívida há de efetivar-se nos próprios autos da cobrança judicial - Garantida a satisfação do saído devedor por um dos modos previstos na legislação (Conhecimento) (T6) (TFR)</p> | <p>REO 97.228-SP</p> | <p>09/12/82</p> | <p>4.151</p> | <p>163</p> |
| <p>Deportação - Estrangeiro - Interferindo no direito de ir, vir e ficar, é o <i>habeas corpus</i> a via processual adequada à sua impugnação - Por aplicação analógica do art. 74, do Del. 941/69, não se admite seja deportado o alienígena que tenha filho brasileiro dependente concretamente da economia paterna (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p>REHC 4.620-DF</p> | <p>07/11/79</p> | <p>2.038</p> | <p>380</p> |
| <p>Desapropriação - Constituição de servidão para passagem de energia elétrica - Laudos periciais carentes de fundamentação, máxime no atinente à destinação econômica do imóvel serviente, tornando impossível a fixação da justa indenização - Sentença anulada, a fim de que se proceda a novo exame pericial (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p> | <p>AC 91.166-RJ</p> | <p>13/09/84</p> | <p>5.219</p> | <p>35</p> |
| <p>Desapropriação - Liquidação de sentença - Pertence ao expropriado o produto de correção monetária incidente sobre a parte do depósito prévio não suscetível de levantamento (Desprovimento) (T6) (TFR)</p> | <p>AC 88.541-RJ</p> | <p>05/04/84</p> | <p>4.906</p> | <p>116</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-----------------|----------------|-------|------|
| <p>Desapropriação - Prescrição - O proprietário só perde o direito à ação indenizatória quando o ente público haja adquirido o bem imóvel por usucapião - DNER - Aposseamento de imóvel que está sendo objeto de ação de usucapião - O levantamento da indenização fica subordinado à prova do domínio, na fase executória - Os juros compensatórios incidem a partir da indevida ocupação do terreno (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AC 78.584-SP | 03/06/83 | 4.392 | 10 |
| <p>Desapropriação - Utilidade pública - Propriedade em condomínio - Sendo uma só indenização, uma só deve ser a verba honorária, com a sua repartição entre os condôminos na proporção do quinhão de cada um deles - Integra a indenização o valor do fundo de comércio pertencente aos expropriados e dos lucros cessantes - Estimativa do perito oficial que melhor exprime a realidade do mercado imobiliário (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p> | AC 85.511-PR | 13/09/84 | 5.215 | 143 |
| <p>Descaminho - Mercadoria de pequeno valor - Praticado por estrangeiro que se expressa com dificuldade em língua portuguesa - Alegação, confirmada pelas circunstâncias, de ignorância quanto ao caráter criminoso do fato, a indicar ausência do dolo - O apelado não tinha consciência da ilicitude da ação praticada (Desprovimento) (T3) (TFR)</p> | ACR 4.351-SP | 18/12/80 | 3.096 | 08 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|------------------------|-------------|-------------|
| Direito Autoral - Ninguém pode realizar execuções musicais sem autorização do autor - Colaboração do Estado, na proteção desse direito, por intermédio da autoridade policial (Provimento) (T6) (TFR) | AMS 101.990-CE | 28/02/85 | 5.460 | 01 |
| Direito de Vizinhança - Vencido o prazo de ano e dia, o confinante prejudicado não pode exigir que se desfaça a janela, sacada, terraço ou goteira, mas não fica impedido de construir no seu terreno com distância menor do que metro e meio, ainda que a construção prejudique ou vede a claridade do prédio vizinho - Ausência de servidão (Desconhecimento) (T4) (STJ) | RESP 34.864-SP | 04/10/93 | 1.750 | 205 |
| Dupla Aposentadoria - Ferroviário - A ela não tem direito o servidor da antiga Rede Mineira de Viação que não optou pela condição de funcionário da Administração Direta - É irrelevante o fato de figurar em quadro de pessoal extinto do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas - Por isso que tal quadro também abrangia autárquicos de órgãos extintos (Provimento) (T3) (TFR) | AC 73.512-MG | 31/05/82 | 3.808 | 174 |
| Embargos à Execução - Contrato de mútuo - Letra de câmbio emitida em decorrência de cláusula-mandato - É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste (Súmula 60 do STJ) (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 45.775-RS | 22/08/94 | 2.317 | 31 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|------------------------|-------------|-------------|
| <p>Empresa Pública - Vínculo empregatício com seus servidores - Não cabe Mandado de Segurança contra ato de dirigente de empresa pública, que tem personalidade jurídica de direito privado - Salvo quando praticado no exercício de função delegada do poder público (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AMS 99.980-PE | 28/02/85 | 5.458 | 193 |
| <p>Ensino Superior - Transferência - A legislação tem aplicação restrita à hipótese de transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino superior - Cabe às Universidades e Escolas isoladas decidirem discricionariamente sobre a dispensa de matérias já cursadas em outros estabelecimentos ou cursos (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 86.387-BA | 10/10/79 | 2.717 | 315 |
| <p>Escritura Pública - Requisitos - Os defeitos de forma da escritura pública são insanáveis e, por isso, é nulo o instrumento lavrado por escrevente não juramentado - Assinatura a rogo de cedente impossibilitada de assinar sem a consignação da razão dessa impossibilidade - Contrariedade aos arts. 264 e 265 das Ordenações Filipinas, ainda vigentes neste ponto específico por força da consolidação operada pelo Dec. 3.084, de 05/11/1898 - Anulabilidade do acórdão, por haver participado juiz impedido (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 36.911-PR | 14/03/94 | 1.961 | 71 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|------------------------|-------------|-------------|
| Execução - Credor com garantia hipotecária - Remição pretendida por credor por título extrajudicial - A remição privilegiada do débito, mediante o pagamento de valor correspondente à metade do saldo devedor da operação, constitui um privilégio de natureza personalíssima conferido apenas ao mutuário do Sistema Financeiro de Habitação (Desprovimento) (T4) (STJ) | REMS 1.907-SP | 06/02/95 | 2.638 | 126 |
| Execução - Embargos do devedor - Contagem do prazo - Quando a penhora recai sobre bem imóvel, o prazo para embargar a execução começa a fluir a partir da intimação da mulher do devedor (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 37.114-MS | 09/05/94 | 2.098 | 94 |
| Execução - Nota promissória vinculada a contrato de financiamento - Participando o avalista do contrato de abertura de crédito, a que está vinculada a nota promissória - É devedor solidário e sujeito, em consequência, a todas as cláusulas e condições estipuladas (Súmulas 26 e 27 do STJ) (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 37.276-MG | 09/05/94 | 2.098 | 99 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|--|--------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| <p>Execução - Penhora de bem hipotecado - Embargos de terceiro - O bem gravado de direito real limitado pode ser objeto de penhora em execução promovida pelo credor quirografário - Para elidir a constrição, cabe ao credor hipotecário provar que o devedor comum possui outros bens livres e desembaraçados - A falta de intimação do credor hipotecário torna ineficaz, e não invalida, em relação a ele - A alienação do bem, que passará ao poder do arrematante, conservando, porém, o vínculo real (Desprovemento) (T6) (TFR)</p> | <p align="center">AC 79.059-RS</p> | <p align="center">02/12/82</p> | <p align="center">4.130</p> | <p align="center">128</p> |
| <p>Execução - Prazo para oferecimento de bens à penhora - Contagem - Quando o prazo é marcado em horas, a sua contagem será de minuto a minuto - Aplicação analógica do art. 125, par. 4º, do Código Civil, no silêncio do Código de Processo Civil em vigor (Desprovemento) (T4) (STJ)</p> | <p align="center">RESP 49.755-RJ</p> | <p align="center">22/08/94</p> | <p align="center">2.321</p> | <p align="center">103</p> |
| <p>Execução - Qualquer que seja o título em que se funda, o devedor é citado para adimplir, não para se defender - Inexiste revelia, razão por que não se lhe nomeia curador especial na hipótese de citação por edital ou com hora certa (Provimento) (T5) (TFR)</p> | <p align="center">AG 46.902-GO</p> | <p align="center">19/12/85</p> | <p align="center">5.895</p> | <p align="center">114</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------------|-----------------|--------------|------------|
| <p>Execução Fiscal - Atualização do valor do bem penhorado - A lei conferiu à Fazenda Pública a faculdade de adjudicar os bens apreendidos antes do leilão e pelo preço da avaliação - Deste modo, a fim de evitar locupletamento indevido - É ilícito ao juiz determinar a atualização do valor dos referidos bens, mediante nova avaliação ou pela correção monetária (Desprovisamento) (T5) (TFR)</p> | <p>AG 45.661-SE</p> | <p>20/06/85</p> | <p>5.621</p> | <p>27</p> |
| <p>Execução Fiscal - Causas de alçada - O Código de 1973 revogou todas as normas jurídicas processuais relativas à execução fiscal, contidas em leis extravagantes, que não admitia recurso do executado nas causas de valor inferior a dez vezes o maior salário mínimo no País - Presunção de liquidez e certeza da certidão de dívida ativa não elidida pelo executado - A correção monetária incide sobre a totalidade do débito fiscal, neste compreendida a multa acaso aplicada - Verba honorária indevida (Provisamento parcial) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 56.120-SP</p> | <p>21/11/79</p> | <p>2.745</p> | <p>297</p> |
| <p>Execução Fiscal - Depositário judicial - Prisão civil - Cabe ao Juiz da execução decretar-lhe a custódia administrativa, mediante o requerimento do interessado e após descumprida a ordem para a entrega da coisa - O Agravo de Instrumento é o recurso cabível da decisão que decreta a prisão do depositário infiel (Desconhecimento) (T6) (TFR)</p> | <p>AC 63.862-PB</p> | <p>15/12/83</p> | <p>4.747</p> | <p>138</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------------|----------------|-------|------|
| <p>Execução Fiscal - Existência de bens - Não encontrando o devedor, nem existindo bens arrestáveis, procede-se a citação por edital, a fim de que se produzam, em benefício do exequente, os efeitos previstos na legislação - Não comparecendo o executado após a citação, fica suspensa a execução (Provimento) (T6) (TFR)</p> | <p>AG 45.342-SP</p> | 14/06/84 | 5.078 | 172 |
| <p>Execução Fiscal - Parcelamento - Faculdade outorgada à Fazenda Nacional, mediante acordo formalizado segundo rito previsto na legislação - É defeso ao Juiz ordenar o parcelamento do débito, a requerimento do executado - As prestações, em qualquer hipótese, são sempre acrescidas dos encargos legais, isto é, juros e correção monetária (Provimento) (T6) (TFR)</p> | <p>AC 79.500-RS</p> | 02/12/82 | 4.130 | 148 |
| <p>Execução Hipotecária - Arrematação pelo credor hipotecário - Se o preço obtido com tal arrematação for inferior ao valor da dívida, o credor hipotecário terá direito de exigir o pagamento da dívida restante como simples quitografário - A lei processual pressupõe a hipótese de plena satisfação do crédito (Provimento) (T6) (TFR)</p> | <p>AC 79.664-RJ</p> | 24/02/83 | 4.206 | 150 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-----------------|----------------|-------|------|
| <p>Execução Hipotecária - (CEF) - Cessão do débito sem o consentimento da credora - Ineficácia em relação a esta - Legitimidade passiva do devedor como tal reconhecido no título executivo - A comissão de permanência corresponde a juros de mora, sendo lícita a sua estipulação no contrato - São devidos honorários de advogado na execução por título extrajudicial (Desprovimento) (T6) (TFR)</p> | AC 85.428-PR | 19/12/84 | 5.366 | 167 |
| <p>Execução por Quantia Certa - Pagamento parcial do débito - Atualização do remanescente - Prescrição inócurren-te - O simples pagamento parcial da dívida, quando já ajuizada a execução por quantia certa, não tem condão de tornar ilíquido o título executivo - Cuj-a certeza e liquidez foi reconhecida pelo devedor, desde o início do processo (Provimento) (T5) (TFR)</p> | AC 71.317-RJ | 23/08/84 | 5.136 | 155 |
| <p>Execução por Título Extrajudicial - Adjudicação - A delonga entre a avaliação e a hasta pública só autoriza a atualização monetária do bem penhorado em hipóteses excepcionais, verificáveis concretamente, entre as quais a culpa exclusiva do exequente (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AG 45.748-BA | 07/03/85 | 5.467 | 63 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| Execução por Título Extrajudicial - Arrematação - Intimação do devedor - Não encontrado o devedor, apesar das diligências efetuadas, é cabível a sua intimação por edital para ciência da praça ou leilão, mediante a aplicação analógica dos arts. 231 a 233 do Código de Processo Civil (Desconhecimento) (T4) (STJ) | RESP 46.149-SP | 22/08/94 | 2.317 | 78 |
| Falência - No ato do credor com garantia real que requer a falência do devedor está implícita a renúncia a essa garantia, pois a lei de regência não exige que ela seja expressa (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 23.103-RJ | 09/05/94 | 2.096 | 178 |
| Filiação ilegítima - Investigação de paternidade - Embora registradas como filhas legítimas do marido da sua mãe, era lícito às autoras promoverem ação visando ao reconhecimento de outra paternidade (ilegítima), desde que cumulada a investigatória com a ação declaratória incidental de nulidade dos registros de nascimento - As duas ações são imprescritíveis porque dizem com o <i>status familiae</i> das pessoas (Provimento) (T4) (STJ) | RESP 2.353-SP | 21/11/94 | 2.536 | 05 |
| Fraude à Execução - Sem a litispendência, isto é, sem a citação válida e a insolvência conseqüente à lide, não se pode falar em alienação de fraude à execução na hipótese de que trata o art. 593, inciso II, do CPC (Desconhecimento) (T4) (STJ) | RESP 45.519-SP | 09/05/94 | 2.109 | 106 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|------------------|----------------|-------|------|
| <p>Funcionário Público - Demissão - Prescrição - Fundando-se a demissão em crime - O prazo prescricional da ação para desconstituí-la só começa a fluir a partir da absolvição na jurisdição penal - Inexistência de falta residual, tornando impossível a permanência da punição disciplinar (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p> | AC 72.390-DF | 26/11/81 | 3.495 | 95 |
| <p>Funcionário Público - Enquadramento - Prazo prescricional - Quando a Administração examina o direito reclamado, o prazo prescricional começa a fluir na data do ato que o denegar (Provimento) (T3) (TFR)</p> | AC 55.194-RJ | 12/11/81 | 3.469 | 10 |
| <p>Funcionário Público - Plano de Classificação de Cargos - Transposição de antigos Redatores para a Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social - Quando ocorrer resultado fracionário na distribuição, por classe, dos cargos ou empregos globalmente previsto na lotação da Categoria Funcional, deverá ser feita a aproximação para maior, nos termos da legislação, mesmo que tal operação implique ir além dos limites fixados (Provimento) (T3) (TFR)</p> | AC 68.531-DF | 12/11/81 | 3.470 | 146 |
| <p>Funcionário Público - Readaptação - Para a readaptação no cargo de Agente Fiscal de Tributos Federais basta a prova do desempenho, por efeito do desvio funcional de tarefas inerentes à fiscalização interna - Prova de suficiência - Sua inexigibilidade, nos termos da Súmula 11 do TFR (Rejeição) (TP) (TFR)</p> | EAC 32.594-DF | 01/07/80 | 2.916 | 141 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - No cálculo da contribuição pelo produtor, quando ele próprio industrializa seus produtos, toma-se por base o preço corrente no mercado - Critério da média dos preços correntes na região produtora que não atrita com a referida regra jurídica - Ausência de prova suscetível de elidir a presunção de liquidez e certeza do título executivo (Desprovemento) (T6) (TFR)</p> | AC 77.736-PR | 14/06/84 | 5.072 | 01 |
| <p>Habeas Corpus - Prisão preventiva - É imperioso que o Juiz, ao decretá-la, fundamente razoavelmente a sua necessidade com a demonstração de fatos concretos, não bastando a mera reprodução das <i>verba legis</i> - Ordem concedida, a fim de que o paciente se defenda em liberdade (Concessão) (T3) (TFR)</p> | HC 4.830-SP | 18/12/80 | 3.096 | 148 |
| <p>Imóvel Residencial - Próprio do casal ou da entidade familiar - Impenhorabilidade - A lei incide sobre os processos em curso e alcança até mesmo as penhoras já efetuadas antes da sua entrada em vigor - Eis que consubstanciam ato processual de natureza permanente cujo momento consumativo se prolonga até a expropriação (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 45.901-RJ | 30/05/94 | 2.165 | 154 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|------------------|----------------|-------|------|
| <p>Imposto de Importação - Critério de determinação do valor da mercadoria para efeito do cálculo do tributo - Valor externo e preço normal do produto - Em face dos preceitos legais vigentes, o funcionário fazendário não só pode, como deve tomar como base de cálculo do tributo o preço normal da fatura, elemento meramente informativo (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 81.577-DF | 19/04/79 | 2.614 | 389 |
| <p>Imposto sobre Operações de Câmbio - Importações de mercadorias realizadas através da Zona Franca de Manaus e cuja saída para outros pontos do território nacional é vedada - É devida a sua cobrança, às alíquotas previstas nas Resoluções do Banco Central - Não há de confundir, para o efeito da referida imposição tributária, o produto industrializado na Zona Franca com as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados e nele empregados (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AMS 98.015-AM | 02/12/82 | 4.075 | 07 |
| <p>Imposto de Renda - Comprovado o acréscimo patrimonial, não há lugar para o lançamento <i>ex officio</i>, a esse título - Omissão de rendimentos - Depósitos bancários - Esclarecimentos prestados pelo contribuinte - Só poderão ser impugnados pelos lançadores com elemento seguro de prova ou indício veemente de sua falsidade ou inexatidão (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AC 79.276-RJ | 08/11/84 | 5.328 | 40 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|------------------|----------------|-------|------|
| <p>Imposto de Renda - Era relativa a isenção concedida às cooperativas - Dependendo o seu reconhecimento de despacho da autoridade competente, em petição do interessado acompanhada de prova do preenchimento dos requisitos legais exigidos - Erro de fato não demonstrado, nem caracterizado na espécie (Improcedência) (S2) (TFR)</p> | AR 783-SP | 08/08/85 | 5.657 | 37 |
| <p>Imposto de Renda - Incidente sobre o valor de doação imobiliária recebida da Prefeitura Municipal - Exigência fiscal - Depósito do seu montante - Embora a lei complementar admita em princípio, a sua imposição na doação recebida por pessoa jurídica, não há previsão legal quanto à sua incidência - Resultado de transações eventuais - Sua caracterização, consoante a legislação vigente (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 80.197-SP | 19/04/79 | 2.614 | 275 |
| <p>Imposto de Renda - Omissão de receitas de vendas depositadas em bancos - Passivo irreal - Se a escrita não reflete a realidade das operações econômico-financeiras da empresa, justifica-se a sua desclassificação e o lançamento <i>ex officio</i> - Inocorrência de prescrição - Nulidade do procedimento administrativo e da sentença (Desprovimento) (T6) (TFR)</p> | AC 58.643-SP | 11/10/84 | 5.265 | 69 |
| <p>Imposto de Renda - Pessoa jurídica - Dedução de multas por infrações fiscais pagas pela empresa - Impossibilidade pela falta de legislação regulamentar (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AC 51.302-RS | 16/05/79 | 2.620 | 332 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|------------------|------------------------|-------------|-------------|
| Imposto de Renda - Pessoa jurídica - Não são operacionais as despesas com embarcação, cujo uso não se relaciona com os objetos sociais da empresa - Extinção do crédito pela caducidade do direito de lançar (Desprovimento) (T6) (TFR) | AC 73.241-RJ | 31/05/84 | 5.037 | 06 |
| Imposto de Renda - Reflorestamento - Incentivo fiscal - Para fazer jus ao favor, basta que a pessoa jurídica comprove a efetiva aplicação de recursos em florestamento ou reflorestamento, embora o débito correspondente só venha a ser pago posteriormente - Tal entendimento decorre do sistema, consoante o qual o lucro tributável da empresa é o patrimonial e não o de caixa (Improcedente) (T6) (TFR) | REO 53.135-MG | 11/10/84 | 5.265 | 27 |
| Imposto de Renda - Remessa de divisa - Pagamento de serviços prestados no exterior por empresa que não opera no Brasil - Incidência - Rendimentos que não preenchem os requisitos necessários à isenção de que trata a legislação (Provimento) (T6) (TFR) | AMS 92.012-RS | 30/06/83 | 4.457 | 40 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|---------------------------|-----------------|--------------|------------|
| <p>Imposto de Renda - Sociedade civil de prestação de serviços - A circunstância de utilizar a entidade, sob qualquer regime jurídico - Trabalho de terceiros para a execução de serviços profissionais que constituam seu objeto social - Não desnatura a sua finalidade, em ordem a subtrair-lhe o favor da alíquota reduzida - Na repetição de indébito, a correção monetária é calculada desde a data do pagamento (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p> | <p>AC 57.013-SP</p> | <p>02/12/82</p> | <p>4.125</p> | <p>70</p> |
| <p>Imposto Territorial Rural - Restituição de parcela, retida pelo INCRA - A correção monetária incide a partir de cada retenção indevida - Respeitada a prescrição quinquenal - Uma vez que se trata de dívida oriunda de ato ilícito, cuja atualização dimana da sua natureza e não de lei eventualmente editada para obviar os inconvenientes da perda do poder aquisitivo da moeda (Rejeição) (S2) (TFR)</p> | <p>EIAC 90.137-PE</p> | <p>29/11/84</p> | <p>5.366</p> | <p>167</p> |
| <p>Intervenção do Domínio Econômico - A SUNAB continua com a competência para exercer o controle de preços e serviços essenciais, desde que não contrarie resoluções do CONAB (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p> | <p>AMS 95.724-PR</p> | <p>29/10/82</p> | <p>4.075</p> | <p>07</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Intervenção Federal em Estado-Membro - Descumprimento de decisão judicial - Comprovado que o Poder Executivo do Estado não atende à requisição de força policial para assegurar a execução de sentença transitada em julgado, deve ser deferido o pedido de intervenção federal (Deferimento) (CE) (STJ)</p> | IF 9-PR | 21/10/94 | 2.551 | 01 |
| <p>Inventário - Interdito - Foro competente - Em sendo interdito o autor da herança, o foro competente para o inventário é o do seu curador - Não admitida prova em contrário, sendo irrelevante o lugar da situação dos bens ou da sua residência ou do óbito (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 32.213-SP | 27/06/94 | 2.228 | 120 |
| <p>Liquidação de Sentença - Cálculo do contador - Sentença homologatória do cálculo - Transitada em julgado, só pode ser alterada para corrigir erro de conta, erro aritmético, e não critério de cálculo, que constitui coisa diversa e está encoberto pela autoridade da <i>res judicata</i> (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 46.452-SP | 27/03/95 | 2.776 | 182 |
| <p>Liquidação de Sentença - Silêncio do executado durante o prazo para a impugnação - Somente o ato comissivo, isto é, a prática de ato, sem reserva alguma, incompatível com a vontade de recorrer, caracteriza aquiescência tácita a que se refere o art. 503 do Código de Processo Civil (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 53.235-SC | 20/02/95 | 2.684 | 35 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|--------------------------|-----------------|--------------|------------|
| <p>Loteria Esportiva - Cartão-matriz não perfurado por culpa do revendedor - Preposição caracterizada - Obrigação da Caixa Econômica Federal de reparar o dano causado ao acertador do prognóstico (Desprovimento) (T3) (TFR)</p> | <p>AC 75.645-SP</p> | <p>28/09/82</p> | <p>3.965</p> | <p>85</p> |
| <p>Mandado de Segurança - Ato do Ministro da Aeronáutica que indeferiu o pedido de revisão dos proventos da inatividade - Por contar mais de trinta anos de serviço, foi transferido para a reserva remunerada da Aeronáutica com os proventos do posto que possuía na ativa - Com advento de nova legislação, posterior à sua transferência, requereu que lhe fossem conferidos os proventos correspondentes ao posto de major - Por força do disposto na legislação, as suas disposições não se aplicam a situações definidas anteriormente à sua entrada em vigor (Denegação) (TP) (TFR)</p> | <p>MS 95.233-DF</p> | <p>29/04/82</p> | <p>3.766</p> | <p>197</p> |
| <p>Mandado de Segurança - Contra decisão judicial - Impetrado por pessoa jurídica de direito privado - Exibição de cópia de estatuto social - É dispensável se não há impugnação da parte adversa - Havendo impugnação, somente será decretada a nulidade do processo após a providência a que alude o art. 13 do CPC (Provimento) (T4) (STJ)</p> | <p>REMS 2.148-PE</p> | <p>30/05/94</p> | <p>2.157</p> | <p>52</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Mandado de Segurança - Impetrado perante Tribunal de Justiça - Decisão denegatória - Da decisão proferida em mandado de segurança por tribunal de segundo grau de jurisdição, em única instância, cabe recurso ordinário, constituindo erro inescusável a sua substituição por recurso especial - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade dos recursos (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | ROMS 2.276-PE | 06/06/94 | 2.177 | 110 |
| <p>Medida Cautelar - Petição inicial que não indica a ação principal e seu fundamento - Emenda de vestibular, por determinação do juiz, após a contestação - Admissibilidade - Eis que tal emenda não implica modificação do pedido ou da causa de pedir, mas mera correção de defeito ou irregularidade (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 40.878-SP | 09/05/94 | 2.100 | 22 |
| <p>Medida Cautelar - Por ter função de segurança, somente se justifica quando indispensável, na ausência de outro meio, para assegurar o resultado útil, a eficácia, da decisão a ser proferida na ação principal - Extrapassa o poder discricionário do Juiz a concessão de liminar para impedir que o credor leve a protesto o seu título de crédito e exerça o seu direito de ação segundo o rito admitido pelas leis de regência, notadamente quando o devedor pode opor, nos respectivos embargos, as exceções que entende necessárias (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 18.665-ES | 07/02/94 | 1.893 | 167 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-----------------|----------------|-------|------|
| <p>Militar - Benefícios - Os militares que tomaram parte em missões de vigilância, observação e segurança do litoral ou dos portos nacionais - Não terão direito aos benefícios por não participarem como integrante da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p> | AC 50.948-RJ | 27/11/80 | 3.047 | 379 |
| <p>Militar - Oficial da reserva remunerada que ingressou nas Forças Armadas durante a operação de guerra em 1945 - Participação como aluno da Escola Técnica de Aviação - Pretensão repelida para promoção - A finalidade da legislação foi proteger ou outorgar vantagens àqueles que participaram efetivamente do conflito ou estiveram expostos mais diretamente aos efeitos de um provável ataque inimigo (Desprovisamento) (T2) (TFR)</p> | AC 33.294-DF | 06/06/80 | 2.894 | 171 |
| <p>Militar - Reforma - Ação visando à reforma por incapacidade total e definitiva para qualquer trabalho - Padecendo o autor de alienação mental, confere-lhe a legislação estadual o direito à reforma com os proventos do posto de 2º Tenente (Provisamento) (T3) (TFR)</p> | AC 52.847-RJ | 22/04/82 | 3.043 | 66 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|----------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| <p>Ministério Público - Atuação - Demanda em que figura como parte menor impúbere - O Ministério Público tem atuação irrestrita, sendo detentor da legitimidade e do interesse para requerer a produção de provas e opor-se à prática de atos ou ajustes que entenda prejudiciais ao direito do incapaz (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 45.487-MG</p> | <p>21/11/94</p> | <p>2.542</p> | <p>48</p> |
| <p>Moeda Falsa - Circulação - Preso quando tentava passar duas notas falsas de cem dólares - Para a configuração do delito, é indispensável que o agente tenha ciência da falsidade da moeda - Prova insuficiente (Proviemento) (T3) (TFR)</p> | <p>ACR 5.394-RJ</p> | <p>13/05/82</p> | <p>3.791</p> | <p>199</p> |
| <p>Mútuo Rural - Correção monetária - Incidência - O recurso especial, que tem função específica no ordenamento jurídico brasileiro, não é sede própria para a discussão de questões constitucionais - A legislação ordinária sobre o crédito rural não veda a incidência da correção monetária (Súmula 16 do STJ) - Inexistência de qualquer omissão, dúvida ou contradição (Rejeição) (T4) (STJ)</p> | <p>EDAGA 26.323-MG</p> | <p>06/06/94</p> | <p>2.174</p> | <p>24</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|--------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| <p>Nome Comercial - Ação de preceito cominatório e ação para ressarcimento dos prejuízos causados pelo uso indevido - Prescrição - A ação cominatória objetivando fazer cessar o uso comercial prescreve em vinte anos - Não incidindo o art. 178, § 10º, Inc. IX, do Código Civil, invocável tão-somente na demanda para ressarcimento dos danos causados pelo uso indevido (Desprovisamento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 2.476-RJ</p> | <p>12/06/95</p> | <p>2.983</p> | <p>09</p> |
| <p>Pena de Perdimento - Mercadoria - Em matéria de trânsito oriundo de tratado internacional, só é cabível em dois casos: No trânsito irregular, isto é, quando o veículo não se serve das vias normais ao comércio internacional - No desvio da rota legal pelo veículo terrestre, sem motivo justificado - Ainda que a mercadoria haja ingressado no Brasil por intermédio dos entrepostos estabelecidos (Concessão) (TP) (TFR)</p> | <p>MS 100.008-DF</p> | <p>03/11/83</p> | <p>4.667</p> | <p>29</p> |
| <p>Pena de Perdimento - Mercadoria e veículo - A decisão na instância criminal só influi na instância administrativa - Quando nega a existência material do fato ou que o acusado tenha contribuído para a sua produção - Se a responsabilidade penal e a responsabilidade administrativa assentarem em fato que tenha a mesma qualificação jurídica nos dois ramos de direito - A decisão criminal, afastando a ocorrência desse fato jurídico, condiciona a jurisdição administrativa (Deferimento) (TP) (TFR)</p> | <p>MS 98.272-DF</p> | <p>28/11/79</p> | <p>2.758</p> | <p>248</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|---------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| <p>Penhora - Intimação - Execução - O que avulta, na intimação, é a ciência do intimado e a certidão do oficial de justiça atestando com a sua fé essa ciência - Não anula o ato a omissão quanto aos nomes das testemunhas presentes, se a pessoa intimada se recusar a apor a nota de ciência - Se nulidade existisse, não poderia ser argüida pela parte que lhe deu causa, na hipótese vertente os impetrantes (Provimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 33.801-RS</p> | <p>07/11/94</p> | <p>2.509</p> | <p>171</p> |
| <p>Pensão Previdenciária - Deve reverter integralmente à companheira a partir do dia em que os filhos do segurado atingirem a idade de dezoito anos - Construção jurisprudencial erigida à base da equidade, tendo em vista a natureza alimentar do benefício previdenciário (Rejeição) (TP) (TFR)</p> | <p>EAC 45.666-RJ</p> | <p>18/06/80</p> | <p>2.909</p> | <p>84</p> |
| <p>Petição - Apelação protocolizada, no último dia do prazo, depois das 18:00 horas - Intempestividade - O prazo para recorrer é matéria tipicamente processual, não podendo a lei de organização judiciária ou a norma de natureza administrativa dispor de modo diverso dos que estabelecem as disposições pertinentes do Código de Processo Civil, inclusive o art. 172 (Provimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 23.615-SP</p> | <p>06/03/95</p> | <p>2.703</p> | <p>06</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-----------------|----------------|-------|------|
| <p>Previdência Social - Abono de permanência - O autor foi enquadrado na classe 10, devendo contribuir sobre 20 vezes o salário mínimo regional - Obteve a regressão na escala até o nível que lhe convinha, desde que não possuía condições de sustentar o pagamento correspondente à classe em que se enquadrara - Começou a contribuir com 10 salários mínimos, saltando os interstícios previstos na legislação - Sobre esta base pretende ele calcular o seu abono de permanência - Impossibilidade (Provimento) (T3) (TFR)</p> | AC 66.866-MG | 16/09/82 | 3.942 | 89 |
| <p>Previdência Social - Cobrança de contribuições - Restituição - Depósito em garantia - Condenação da autarquia a pagar correção monetária relativa ao período compreendido entre a data do depósito e a da sua restituição - Não satisfeita a obrigação, fica o débito sujeito a permanente correção até o efetivo pagamento (Provimento) (T6) (TFR)</p> | AC 71.626-SP | 31/10/84 | 5.309 | 112 |
| <p>Previdência Social - Crédito - Execução fiscal - O credor hipotecário só está legitimado a manifestar embargos de terceiro quando não tenha sido intimado da execução e da penhora contra o devedor (Desprovimento) (T6) (TFR)</p> | AC 87.198-SE | 13/06/85 | 5.601 | 190 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|------------------|------------------------|-------------|-------------|
| Previdência Social - Trabalhadores na indústria canavieira - A utilidade-habitação não integra o salário quando o contrato de trabalho prevê o seu fornecimento a título gratuito, por mera liberalidade do empregador, deixando, em consequência, de incidir sobre ela a contribuição previdenciária (Recebimento) ((S2) (TFR) | EAC 70.769-SP | 15/09/83 | 1.893 | 111 |
| Prisão Administrativa - Funcionário remisso ou omissa a entrar com os dinheiros ou valores - Ilegalidade do ato impugnado, que não especifica o valor do alcance sob sua responsabilidade pessoal - A quantia exata que ele deve recolher para forrar-se aos efeitos da medida coercitiva - Um dos pressupostos básicos é o conhecimento da quantia a ser recolhida pelo servidor ao erário público, cuja ausência torna ilegal o constrangimento (Concessão) (TP) (TFR) | HC 5.416-DF | 29/10/82 | 4.078 | 07 |
| Processo - Na ação declaratória - O valor da causa deve corresponder ao do negócio jurídico ou ao da relação jurídica cuja existência se pretende afirmada ou negada (Provimento) (T6) (TFR) | AG 44.238-MG | 13/10/83 | 4.621 | 168 |
| Processo - Agravo deficientemente instruído - Não se conhece, porque incumbe à parte fiscalizar a formação do instrumento - O suprimento da omissão pelo Relator fica entregue à sua discricão, em casos excepcionais de interesse público (Desconhecimento) (T6) (TFR) | AG 43.909-SP | 23/06/83 | 4.433 | 144 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Processo - Causa de alçada - Litis-consórcio ativo - Não se somam as parcelas de cada um dos litigantes para o efeito de determinação do valor da causa (Desconhecimento) (T6) (TFR)</p> | AC 94.448-PR | 19/12/84 | 5.412 | 126 |
| <p>Processo - Conflito de competência - Embargos de declaração - No conflito de competência, o Tribunal resolve apenas a questão competencial que lhe é submetida - A audiência dos juízos em conflito não constitui providência obrigatória, podendo o relator dispensá-la se os autos estão devidamente instruídos com os elementos necessários - Somente a existência de decisão com trânsito em julgado faz cessar o conflito (Rejeição) (S2) (STJ)</p> | EDCC 403-BA | 13/12/93 | 1.884 | 40 |
| <p>Processo - Morte de uma das partes - Ocorrendo, dar-se-á a substituição pelo seu espólio - Salvo se motivo devidamente justificado determine a habilitação dos herdeiros (Desprovemento) (T4) (STJ)</p> | AGA 8.545-SP | 29/11/93 | 1.840 | 01 |
| <p>Processo - Procedimento sumaríssimo - Rol de testemunhas - Ao determinar que o autor deve oferecer desde logo, na petição inicial, o rol de testemunhas, o art. 276 do CPC tem por escopo evitar a surpresa para a parte adversa - Oferecido o rol cinco dias antes da audiência, adiada esta <i>sine die</i>, está respeitada a finalidade da norma ante a ciência antecipada das testemunhas a serem inquiridas (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 45.668-MG | 22/08/94 | 2.317 | 26 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|------------------|------------------------|-------------|-------------|
| <p>Processo - Representação judicial de pessoa jurídica - Citação - É nula a citação de pessoa jurídica feita em pessoa que, na forma dos respectivos Estatutos, não seja o seu representante legal - Todavia, considera-se sanado o vício quando a entidade comparece em juízo e contesta a demanda, exercendo em plenitude a sua defesa, dada a ausência de prejuízo (Desprovinimento) (T4) (STJ)</p> | AGA 12.630-SP | 11/10/93 | 1.758 | 16 |
| <p>Processo - Sendo interlocutória simples a decisão que relaxa prisão administrativa - Dela não cabe recurso algum - Visto como a hipótese não consta do Código de Processo Penal (Desprovinimento) (T3) (TFR)</p> | CT 888-PA | 02/09/82 | 3.920 | 06 |
| <p>Programa de Integração Social (PIS) - Ainda que considerasse tributo a contribuição destinada a tal programa, não seria ilegítima a sua cobrança das empresas sujeitas ao imposto único sobre combustíveis - Por isso que não tem como hipótese de incidência qualquer das operações mencionadas na Constituição (Desprovinimento) (T6) (TFR)</p> | AMS 98.317-SP | 26/05/83 | 4.383 | 28 |
| <p>Propriedade Industrial - Marca de indústria - A reunião de dois elementos, formando um conjunto distinto, confere novidade à marca, não havendo colidência, ainda que um deles constitua marca pertencente a terceiro - Coexistindo marcas assemelhadas no país de origem, igual tratamento deve ser dispensado no Brasil a outra que aqui se formar (Provinimento) (T6) (TFR)</p> | AC 79.885-RJ | 31/05/84 | 5.038 | 24 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|--|--------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| <p>Reclamação Trabalhista - Ajuizada por bancário aposentado, objetivando a complementação da parcela dos proventos da aposentadoria a cargo do Banco Central - Sem cabimento, uma vez que se trata de controvérsia oriunda de relação do trabalho regida por legislação especial - Computam-se, no cálculo do repouso remunerado, as horas extras habitualmente prestadas (Desprovimento) (T3) (TFR)</p> | <p align="center">RO 4.907-RJ</p> | <p align="center">18/09/80</p> | <p align="center">2.973</p> | <p align="center">416</p> |
| <p>Reclamação Trabalhista - Despedida - Vínculo empregaticio decorrente de prestação de serviços em atividade de natureza permanente - Indenização prevista pela despedida injusta (Provimento) (T2) (TFR)</p> | <p align="center">RO 2.690-PE</p> | <p align="center">03/10/79</p> | <p align="center">2.712</p> | <p align="center">31</p> |
| <p>Reclamação Trabalhista - Servidor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Opção pelo regime da CLT - Adicional por tempo de serviço - Ao servidor estatutário que optou pelo regime celetista é assegurado o direito à gratificação adicional adquirido antes da opção (Rejeição) (TP) (TFR)</p> | <p align="center">ERO 3.317-MG</p> | <p align="center">26/03/80</p> | <p align="center">2.824</p> | <p align="center">114</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|---------------------------|-----------------|--------------|-----------|
| <p>Recurso Especial - Prequestionamento - Admissibilidade - Resultou de construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, que adotou a doutrina já consagrada nos Estados Unidos da América em relação ao <i>writ of error</i> - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça herdou essa orientação, aplicando-a ao recurso especial - O exame prévio da admissibilidade do recurso especial pela Presidência do Tribunal <i>a quo</i> decorre também de construção jurisprudencial em torno do art. 27 da Lei 8.038/90 (Desprovimento) (T4) (STJ)</p> | <p>AGA 14.980-MG</p> | <p>22/11/93</p> | <p>1.820</p> | <p>21</p> |
| <p>Responsabilidade Civil - Ação Ordinária de indenização - Perdas e danos - Nos termos do art. 1.059 do Código Civil, as perdas e danos abrangem o que o credor efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de lucrar - O lucro cessante, porém, haverá de ter por causa imediata o ato do devedor, ou seja, haverá de ter por causa imediata do fato ilícito - Matéria de prova cujo reexame em sede de recurso especial é vedado pela Súmula 7 do STJ (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 11.635-RJ</p> | <p>25/09/95</p> | <p>3.231</p> | <p>12</p> |
| <p>Responsabilidade Civil - Acidente de trânsito - Danos pessoais - De acordo com a teoria do risco administrativo, há a presunção <i>juris tantum</i> da culpa do denunciado, de sorte que, provada a culpa total ou parcial do lesado, exime-se a Administração, na mesma escala, da obrigação de reparar o dano - Presunção não elidida, na espécie (Desprovimento) (T2) (TFR)</p> | <p>AC 45.059-RJ</p> | <p>03/05/84</p> | <p>4.969</p> | <p>68</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Responsabilidade Civil - Estrada de Ferro - Morte de passageiro em decorrência de assalto no interior de composição ferroviária - Obrigação de indenizar - O caso fortuito ou a força maior caracteriza-se pela imprevisibilidade e inevitabilidade do evento - No Brasil contemporâneo, o assalto à mão armada nos meios de transporte de cargas e passageiros deixou de revestir esse atributo, tal a habitualidade de sua ocorrência, não sendo lícito invocá-lo como causa de exclusão da responsabilidade - Indenização calculada de acordo com a esperança de vida prevista na Tabela do Ministério da Previdência e Assistência Social (Provimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 50.129-RJ | 17/10/94 | 2.456 | 38 |
| <p>Responsabilidade Civil - Indenização por demanda abusiva - Impossibilidade jurídica do pedido - Se o autor pede, na inicial, que os danos emergentes e os lucros cessantes sejam apurados em liquidação de sentença, é defeso ao Juiz adiantar-se e proferir decisão que implique condenação em quantia fixa - A extensão do efeito devolutivo mede-se pela extensão da matéria impugnada <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> - Como não se pode impugnar algo que não existe, segue-se que a cognição, no Tribunal, há de limitar-se ao que foi decidido na sentença apelada - Se esta é apenas terminativa, deve o órgão <i>ad quem</i>, ao reformá-la, devolver os autos ao Juízo de primeiro grau para o julgamento do mérito (Provimento parcial) (T4) (STJ)</p> | RESP 39.210-RS | 21/11/94 | 2.540 | 75 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|---------------------------|------------------------|--------------|-------------|
| <p>Responsabilidade do Transportador - Força maior - Transporte de mercadoria - Roubo da carga durante o trajeto do veículo - A presunção de culpa do transportador pode ser elidida pela prova da ocorrência de força maior - O roubo da mercadoria em trânsito, uma vez comprovado que o transportador não se desviou das cautelas e precauções a que está obrigado, configura força maior, suscetível, portanto, de excluir a responsabilidade (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 43.756-SP</p> | <p>01/08/94</p> | <p>2.263</p> | <p>61</p> |
| <p>Revisão Criminal - Na ação penal pública, admite-se a quebra do princípio da indivisibilidade quando algum óbice torna impraticável a denúncia contra todos os envolvidos no evento criminoso - Tráfico internacional de entorpecentes praticado em Comarca que não seja sede de Vara da Justiça Federal - Competência da Justiça local (Deferimento parcial) (S1) (TFR)</p> | <p>RVCR 390-GO</p> | <p>13/05/82</p> | <p>3.789</p> | <p>151</p> |
| <p>Sentença - Apelação - Prazo para a sua interposição - Contagem - A intimação da sentença somente deve ser presumida na hipótese de ciência inequívoca, sendo difícil a sua ocorrência fora do caso de recebimento dos autos em carga (Provimento) (T4) (STJ)</p> | <p>RESP 58.275-MG</p> | <p>04/09/95</p> | <p>3.163</p> | <p>123</p> |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|--|--------------------|----------------|-------|------|
| <p>Sentença Homologatória de Transação - Ação para desconstituí-la - A sentença meramente homologatória de acordo entre as partes é rescindível como os atos jurídicos em geral - A ação rescisória somente é cabível na hipótese em que a sentença, apreciando exceção oposta pelo réu, decide matéria já transigida, quando tem natureza nitidamente jurisdicional, ou na hipótese em que, antes de homologada a transação, ressurgir conflito entre as partes - A legislação apenas equipara a sentença homologatória, em seus efeitos, à sentença de mérito, não lhe conferindo, porém, a autoridade de coisa julgada material (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 38.434-SP | 25/04/94 | 2.042 | 14 |
| <p>Servidão de Trânsito - Transformação, por destinação, em via pública - A servidão aparente de trânsito, embora descontínua e não titulada, confere direito à proteção possessória a ser exercido por qualquer dos donos dos prédios dominantes - Se a afetação ao domínio público não se operou mediante expropriação regular, cabe ao proprietário do prédio serviente reivindicar o ressarcimento das perdas e danos (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 21.540-SP | 08/08/94 | 2.280 | 68 |
| <p>Servidor Público - Optou pelo regime da legislação trabalhista - Tempo de serviço prestado anteriormente a outras entidades da Administração Pública Federal sob regime estatutário - Direito à percepção dos quinquênios completados antes da opção (Conhecimento) (S1) (TFR)</p> | EDIVRO 5.065-RJ | 16/12/82 | 4.188 | 91 |

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

| ASSUNTO | Identif. | Data/ Publ. | Vol. | Pág. |
|---|-------------------|----------------|-------|------|
| <p>Sucessão - Inventário - Usufruto pretendido pela concubina - O direito ao usufruto da quarta parte dos bens deixados pelo consorte é privativo do cônjuge casado sob o regime de separação de bens - Não pode ser invocado por concubina, que não é herdeira do companheiro e faz jus apenas à partilha do acervo adquirido pelo esforço comum, provando a existência de uma sociedade de fato entre os dois (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 37.168-SP | 17/10/94 | 2.450 | 176 |
| <p>Superintendência Nacional do Abastecimento - Intervenção no domínio econômico - A SUNAB continua com a competência para fixar preços, pois a legislação lhes subtraiu tão-somente as atribuições concernentes à formulação da política nacional de abastecimento (Provimento) (T2) (TFR)</p> | AMS 84.998-CE | 28/11/79 | 2.758 | 248 |
| <p>Transporte Marítimo - Falta de mercadoria - Vistoria - Nas relações entre transportador e destinatário da carga, o dever de indenizar é contratual e dispensa protesto e vistoria (Súmula 109 do STJ) (Desconhecimento) (T4) (STJ)</p> | RESP 37.607-RS | 05/12/94 | 2.580 | 06 |

**Mandado de Segurança nº 21.689-1 - DF
do Supremo Tribunal Federal, julgado em 16/12/1993.
(CASO COLLOR DE MELLO)**

Mandado de Segurança nº 21.689-1 - DF

Mandado de Segurança impetrado pelo Sr. Fernando Affonso Collor de Mello contra a Resolução do Senado Federal que lhe aplicou, em processo de *impeachment*, a pena de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, mesmo depois de haver renunciado à Presidência da República. A pretensão visava à anulação da resolução citada, de sorte a serem restabelecidos seus direitos políticos.

O empate ensejou a convocação de três Ministros do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos pelo critério de antigüidade, daí motivando a presença do Ministro **Antônio Torreão Braz** nessa histórica sessão do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

O Mandado de Segurança foi indeferido, por maioria de votos, tendo o Ministro **Antônio Torreão Braz** votado pelo indeferimento do pedido, com a seguinte observação, que constitui o fulcro do seu pronunciamento: "Por isso, a postura do Judiciário de um modo geral deve ser a de autolimitação diante das questões políticas envolvendo os Altos Poderes da Nação. Impõe-se a observância das chamadas "regras de bom aviso" ou "preceitos sábios", em que se escuda a Suprema Corte americana para evitar confrontos desaconselháveis e manter a harmonia do sistema em sadio regime democrático, regras essas alinhadas por Lúcio Bittencourt em sua prestigiosa monografia, entre as quais avulta, pela prudência de que se reveste, a que consagra a presunção de constitucionalidade dos atos e resoluções dos demais detentores de funções estatais e cuja incompatibilidade com o Estatuto Fundamental só deve ser declarada quando acima de toda dúvida razoável - *beyond all reasonable doubt*.

Na espécie vertente, segundo procurei demonstrar ao longo deste voto, a decisão impugnada foi proferida dentro dos parâmetros constitucionais e legais (a lei de regência e o Código Penal como lei comum subsidiária), não padecendo, portanto, de qualquer eiva de ilegitimidade.

Do quanto foi exposto, denego o pedido."